



MARCOS LEGAIS

Módulo II - Políticas Públicas e Direitos Humanos

Aula 1 - Educação

Para compreender e analisar políticas públicas é fundamental conhecer seus marcos legais. Toda política pública, uma vez que regulamenta direitos dos cidadãos, tem gênese na Constituição Federal. Esta, ao determinar as competências do Estado, é a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. É, no entanto, a legislação infra-constitucional que orienta e regula cada política pública aos estabelecer parâmetros para a gestão pública através de leis específicas, chamadas leis orgânicas ou leis complementares.

Em muitos casos há, ainda, resoluções de autoria dos Ministros que estabelecem normas operacionais básicas que para políticas públicas específicas. Tais resoluções, conhecidas pela sigla NOB (normas operacionais básicas), constituem, somadas à Constituição e à legislação infra-constitucional, o marco legal de cada política pública.

Este suplemento indica os principais marcos legais referentes ao conteúdo desenvolvido em cada aula.

Constituição Federal

Constituição Federal de 1988 e emendas: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Importante: Neste link você encontrará também, ilustradas por meio de uma linha do tempo, todas as emendas feitas à Constituição no período de 1988-2006, e seus respectivos textos integrais.

Legislação constitucional, Infra-constitucional, NOBs e outros textos legais

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm

Importante: Neste Link você encontrará a lei 9394 de 1996 que, tal qual define sua ementa, “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Legislação para a Educação Fundamental e o FUNDEF:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=322&Itemid=453>

Importante: Neste Link você encontrará as leis, emendas constitucionais, decretos, portarias, resoluções e medidas provisórias que regulamentam e regulam a educação fundamental e o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).



Legislação para o FUNDEB:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/emenfundeb1.pdf>
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/fundeb_mp.pdf

Importante: Neste Link você encontrará a emenda constitucional 53 de 2006 e a medida provisória que criou o FUNDEB (Fundo de Manutenção da Educação Básica).

Legislação para o Ensino Médio:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=323&Itemid=454>

Importante: Neste Link você encontrará as leis, emendas constitucionais, decretos, portarias, resoluções e medidas provisórias que regulamentam e regulam o ensino médio.

Legislação para a Educação à Distância:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=324&Itemid=455>

Importante: Neste Link você encontrará os decretos e portarias que regulamentam e regulam a educação à distância.

Legislação para a Educação Especial:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=325&Itemid=456>

Importante: Neste Link você encontrará as leis, decretos, portarias e resoluções que regulamentam e regulam a educação especial.

Legislação para a Educação Profissional:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78&Itemid=221>

Importante: Neste Link você encontrará as leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres, medidas provisórias e propostas de decretos que regulamentam e regulam a educação profissional.

Legislação para a Educação Superior:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=327&Itemid=458>

Importante: Neste Link você encontrará as leis, decretos, portarias e resoluções que regulamentam e regulam a educação superior.

PNE – Plano Nacional da Educação: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>

Importante: Neste Link você encontrará o Plano Nacional da Educação, aprovado pela Lei 10172 de 2001, cujas metas são a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país. O PNE determina ainda que os Estados e os Municípios construam seus respectivos planos.